

Governo estuda liberação de empréstimos a estados

06 MAI 1988

JORNAL DO BRASIL

BRASÍLIA — O governo poderá abrir exceções no congelamento de empréstimos de bancos oficiais a estados e municípios, desde que não seja comprometida a meta de manter o déficit público em 4% do Produto Interno Bruto (PIB). O ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, disse, ontem, que poderão ser liberados novos recursos somente na área da Caixa Econômica Federal e depois de um exame das necessidades e do remanejamento de verbas do orçamento da União. Segundo ele, esta avaliação vem sendo preparada há um mês e deverá estar concluída em uma semana pelos técnicos da Fazenda, Seplan e Ministério da Habitação e Urbanismo.

“O presidente Sarney está firmemente determinado a apoiar o Ministério da Fazenda e a Seplan para conter o déficit”, garantiu Mailson, negando as informações de que o presidente teria determinado o descongelamento dos empréstimos. Com a resolução 1469, de fevereiro de 88, o Conselho Monetário Nacional (CMN) congelou os empréstimos a estados e municípios, dentro dos limites reais (descontada a correção monetária) registrados em 31 de dezembro do ano passado. A medida deveria trazer uma economia de 1% do PIB — cerca de CZ\$ 720 bilhões — o que reduziria o déficit potencial de 7% para 6% do Produto.

Ao mesmo tempo em que admitiu a liberação de verbas acima dos limites da resolução 1469, o ministro contradisse suas próprias declarações e, na mesma entrevista, assegurou que não haverá exceções. “As mudanças serão definidas até a próxima reunião do CMN, na última semana de

maio”, afirmou, depois de ter dito que a resolução não seria “flexibilizada”.

A Caixa Econômica terá um retorno de financiamentos (pagamentos de empréstimos) de 60 milhões de OTN — equivalente a CZ\$ 68,1 bilhões, em valores atuais — este ano e as verbas para estados e municípios poderão ser liberadas dentro deste limite de retorno. No entanto, Mailson explicou que somente depois de o grupo técnico concluir os estudos, o governo vai decidir quais serão as obras que receberão recursos e de quanto serão as liberações.

Negativa — O ministro da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente, Prisco Viana, negou que tenha sugerido alterações na Resolução nº 1469, do Banco Central, para liberar recursos aos estados e municípios para aplicação em saneamento básico.

Em nota oficial, Prisco revela que existem apenas solicitações de governadores e prefeitos para que sejam examinadas novas hipóteses de exceção para as restrições feitas às transferências e contratações da Caixa Econômica Federal com estados e municípios. O documento diz ainda que essas propostas foram levadas ao Ministério da Fazenda para uma análise mais profunda.

O ministro frisou que novas exceções somente serão admitidas se não alterarem as metas de redução do déficit público. Prisco negociou uma solução para não interromper os programas habitacionais dos estados e municípios mantidos com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço através da CEF. Os recursos dos projetos na área habitacional do MHU também foram incluídos na proibição da Resolução do BC e ficaram paralisados de janeiro a março.